



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 12 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneiza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.

O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.

Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

1. De acordo com o texto,
 - (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
 - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
 - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
 - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
 - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

2. Considere as afirmativas seguintes:
 - I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
 - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
 - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.

Está correto o que se afirma em

 - (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

3. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
 - (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
 - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
 - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
 - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
 - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



4. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:
- (A) *A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...*
- (B) *Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.*
- (C) *Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.*
- (D) *Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.*
- (E) *O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.*
-
5. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:
- (A) *antes excluídos da tomada de decisões* (1º parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.
- (B) *a perda de identidades grupais* (1º parágrafo) = a identificação geral nos grupos.
- (C) *nessa brecha aberta pela industrialização* (1º parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.
- (D) *grupo étnico com certo caráter territorial* (3º parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.
- (E) *enriquecida por feitos esportivos* (3º parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.
-
6. – *partido político, condição econômica, seita religiosa etc.* – (1º parágrafo)
- O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,
- (A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.
- (B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.
- (C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.
- (D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.
- (E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.
-
7. *O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...* (início do texto)
- O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:
- (A) *da tomada de decisões.*
- (B) *a perda de identidades grupais.*
- (C) *pelo conceito de cidadania.*
- (D) *um mundo de tribos.*
- (E) *no conhecimento do torcedor comum.*
-
8. ... *que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos.* (3º parágrafo)
- A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:
- (A) ... *que homogeneíza todos os indivíduos.*
- (B) ... *o sentimento tribal é muito forte ...*
- (C) ... *acompanha o indivíduo por toda vida ...*
- (D) ... *que (...) participam no rito das danças guerreiras.*
- (E) ... *e estão espalhados por vários locais.*
-
9. *Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.* (3º parágrafo)
- Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:
- (A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.
- (B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.
- (C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.
- (D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.
- (E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.
-
10. *Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima ...* (3º parágrafo)
- O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:
- (A) Esperemos, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.
- (B) Sabemos agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.
- (C) Pretendemos, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.
- (D) Queremos que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.
- (E) Reconhecemos, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.



11. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

- (A) São vários os animais que representam clubes, à maneira de totens, como demonstração das qualidades que é inerente a todos os seus membros.
- (B) O nome dos clubes de futebol devem ser significativos para a comunidade e costumam homenagear países, continentes e atividades profissionais.
- (C) O escudo dos clubes, usado na bandeira e na camisa dos jogadores, constitui o sinal de reconhecimento para o grupo social que se estabelece em seu entorno.
- (D) O orgulho de pertencer a um clube se estende a qualquer objetos relacionados a ele, como bandeiras, camisas, bonés, que os identifica.
- (E) No brasão de um clube ressalta as cores, impressa nos uniformes dos atletas, que vai desempenhar papel central na identidade comunitária.

12. *A localização do escudo no lado esquerdo da camisa não é casual.*

O escudo do clube se localiza acima do coração do jogador.

É fato comum o jogador beijar o escudo da camisa após marcar um gol ou conquistar um título.

As frases acima se organizam em um único período, com clareza, correção e lógica, em:

- (A) O escudo do clube que se localiza acima do coração do jogador, no lado esquerdo da camisa, não casual, tanto que é comum o jogador beijar o escudo, se marcar um gol ou vai conquistar um título.
- (B) Sendo comum o jogador beijar o escudo da camisa conquanto marque um gol ou na conquista de um título, sua localização no lado esquerdo da camisa não é casual, acima do coração do mesmo.
- (C) A localização do escudo do clube é no lado esquerdo da camisa, acima do coração do jogador, e não por acaso que é fato comum o jogador beijar o escudo da camisa após marcar um gol ou conquistar um título.
- (D) É fato comum o jogador beijar o escudo do clube, que se localiza não casualmente no lado esquerdo da camisa, bem acima do seu coração, após marcar um gol ou conquistar um título.
- (E) Localizado o escudo no lado esquerdo da camisa, o que não é casual e bem acima do coração do jogador, sendo comum o mesmo beijar o escudo da camisa depois que marcar um gol ou conquistar um título.

Noções de Direito Constitucional

13. Considere:

- I. Atos do Congresso Nacional destinados ao tratamento de matérias de sua competência exclusiva, para as quais a Constituição dispensa a sanção presidencial, disciplinando, de regra, matéria externa aos órgãos do Poder Legislativo.
- II. Espécie normativa que disciplina matéria especialmente reservada pelo texto constitucional e exige maioria absoluta para a sua aprovação.

Esses atos normativos, dizem respeito, respectivamente,

- (A) à resolução e à emenda constitucional.
- (B) à resolução e à lei ordinária.
- (C) à lei delegada e ao decreto legislativo.
- (D) ao decreto legislativo e à emenda constitucional.
- (E) ao decreto legislativo e à lei complementar.

14. Em relação à Justiça do Trabalho, é certo que

- (A) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho exerce, dentre outras funções, a supervisão orçamentária, como órgão central do sistema e com decisões de efeito vinculante, e funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, indicados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- (C) as Escolas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionarão junto aos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, cuja direção será supervisionada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) o quinto constitucional, formado por juízes do Trabalho, advogados que atuam na área trabalhista e membros do Ministério Público do Trabalho, é próprio dos Tribunais Regionais do Trabalho, não sendo aplicável ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de no mínimo onze juízes, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.



15. Tendo em vista os direitos individuais e coletivos, considere as assertivas abaixo:

- I. O princípio da igualdade veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras.
- II. Não se pode cogitar de ofensa ao princípio da igualdade quando as discriminações são previstas no próprio texto constitucional.
- III. O princípio constitucional da isonomia não autoriza o Poder Judiciário a estender vantagens concedidas a um grupo determinado de indivíduos a outros grupos não contemplados pela lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

Noções de Direito Administrativo

16. A prática de atos administrativos, balizando-se pelo princípio da legalidade a que se encontra submetida a Administração Pública, traz como consequência a

- (A) submissão da Administração à lei, sem importar, contudo, a supressão do juízo de conveniência e oportunidade para a prática de atos discricionários.
- (B) impossibilidade de praticar atos discricionários que não decorram de autorização legal específica.
- (C) competência irrestrita do Poder Legislativo para dispor sobre matérias de competência do Poder Executivo.
- (D) possibilidade de praticar quaisquer atos, inclusive de disposição de bens, que não contem com proibição legal expressa.
- (E) necessidade de prévia aprovação legislativa para a celebração de contratos administrativos.

17. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o dever da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários

- (A) pode ser exercido a qualquer tempo, não se operando a decadência.
- (B) decai em cinco anos, contados da intimação do interessado, salvo comprovada má-fé.
- (C) decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) decai em 10 anos, contados da prática do ato, ou em cinco anos contados da intimação do interessado, o que ocorrer primeiro, salvo comprovada má-fé.
- (E) pode ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitados os direitos patrimoniais já adquiridos pelos destinatários.

18. De acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo

- (A) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo, em relação a direitos individuais, e, em se tratando de direitos difusos, aqueles direta ou indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- (B) apenas os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo.
- (C) as associações, no tocante a direitos individuais e interesses coletivos.
- (D) apenas os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo e, em relação a interesses difusos e coletivos, o Ministério Público.
- (E) os titulares dos direitos e interesses que forem parte no processo, bem como aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.

Regimento Interno do TRT da 3ª Região

Atenção: As questões de números 19 a 20 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

19. Considere:

- I. Posse.
- II. Idade.
- III. Tempo de serviço na magistratura do Trabalho na 3ª Região.
- IV. Tempo de serviço público.
- V. Classificação no concurso.
- VI. Data da publicação do ato de nomeação ou de promoção.

A antiguidade dos Magistrados será determinada, sucessivamente, pelas condições constantes em

- (A) I, II, V, IV, VI e III.
- (B) I, VI, III, V, IV e II.
- (C) II, V, VI, I, IV e III.
- (D) I, II, III, V, IV e VI.
- (E) V, II, I, IV, III e VI.

20. Julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra os atos do Presidente e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso são de competência do

- (A) Tribunal Pleno e do Órgão Especial, respectivamente.
- (B) Órgão Especial e do Tribunal Pleno, respectivamente.
- (C) Órgão Especial, exclusivamente.
- (D) Tribunal Pleno, exclusivamente.
- (E) Órgão Especial e da Corregedoria, respectivamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. O Patrimônio Líquido da Cia. B é composto apenas pelo Capital Social, cujo valor é de R\$ 300.000,00. Sabe-se que a Cia. B possui apenas ações ordinárias, que a Cia. A adquiriu 70% das ações da Cia. B por R\$ 210.000,00 em 31/12/X7 e que, durante X8, a Cia. B obteve um lucro de R\$ 100.000,00 e distribuiu R\$ 30.000,00 em dividendos. Com base nestas informações a Cia. A, durante X8,
- (A) creditou receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 70.000,00 e creditou a conta investimento no valor de R\$ 21.000,00.
 - (B) creditou receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 49.000,00 e creditou receita de dividendos no valor de R\$ 21.000,00.
 - (C) debitou a conta investimento no valor de R\$ 70.000,00 e creditou a conta caixa no valor de R\$ 21.000,00.
 - (D) creditou receita de dividendos no valor de R\$ 21.000,00 e debitou a conta investimento no valor de R\$ 49.000,00.
 - (E) creditou a conta investimento no valor de R\$ 100.000,00 e debitou a conta caixa no valor de R\$ 30.000,00.

22. Uma empresa comercial realizou as seguintes operações durante o mês de setembro de X8:

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Preço de compra (unitário)	Preço de venda (unitário)
03/09	Compra	200	R\$ 10,00	
06/09	Venda	150	-	R\$ 20,00
15/09	Compra	200	R\$ 15,00	
25/09	Compra	100	R\$ 14,00	
30/09	Venda	200	-	R\$ 22,00

Sabendo que a empresa não apresentava estoque inicial e que adota o critério da Média Ponderada Móvel para o controle dos estoques. O custo das mercadorias vendidas no mês de setembro foi

- (A) R\$ 4.250,00
 - (B) R\$ 4.300,00
 - (C) R\$ 4.480,00
 - (D) R\$ 6.000,00
 - (E) R\$ 7.400,00
23. A empresa Falida S.A. obteve um empréstimo no valor de R\$ 150.000,00 no Banco Sem Fundo S.A., no dia 30/11/08, com vencimento em quatro meses e com taxa de juros pré-fixada de 4% a.m. (juros simples). No dia da contratação do empréstimo, a empresa debitou a conta Bancos no valor de
- (A) R\$ 150.000,00, debitou a conta Despesas de Juros no valor de R\$ 24.000,00 e creditou a conta Empréstimos R\$ 174.000,00.
 - (B) R\$ 150.000,00 e creditou a conta Empréstimos R\$ 150.000,00.
 - (C) R\$ 150.000,00, debitou a conta Despesas de Juros no valor de R\$ 6.000,00 e creditou a conta Empréstimos R\$ 156.000,00.
 - (D) R\$ 174.000,00, creditou a conta Juros a Transcorrer (Ativo) no valor de R\$ 24.000,00 e creditou a conta Empréstimos R\$ 150.000,00.
 - (E) R\$ 150.000,00, debitou a conta Juros a Transcorrer (Passivo) no valor de R\$ 24.000,00 e creditou a conta Empréstimos R\$ 174.000,00.
24. A empresa MG adquiriu o direito de exploração de uma mina de titânio por R\$ 990.000,00. Sabe-se que a capacidade da mina é 20.000 toneladas. No primeiro ano, a empresa extraiu 2.000 toneladas. No início do segundo ano, a empresa descobriu que a mina possuía uma capacidade adicional de 2.000 toneladas. Sabe-se que, no segundo ano, a empresa extraiu 3.000 toneladas. Com base nestas informações, a empresa apresentou, no final do segundo ano, um saldo de
- (A) amortização acumulada de R\$ 225.000,00.
 - (B) exaustão acumulada de R\$ 225.000,00.
 - (C) exaustão acumulada de R\$ 232.650,00.
 - (D) amortização acumulada de R\$ 234.000,00.
 - (E) amortização acumulada de R\$ 247.500,00.



25. Os dividendos pagos por uma investida, avaliada pelo método de custo,
- (A) diminuem o valor do investimento na investidora.
 - (B) não geram lançamento na investidora.
 - (C) diminuem o resultado na investidora.
 - (D) geram uma receita na investidora.
 - (E) aumentam o passivo da investidora.
-
26. A constituição da provisão para devedores duvidosos está relacionada com os princípios
- (A) da entidade e da objetividade.
 - (B) da continuidade e da atualização monetária.
 - (C) do registro pelo valor original e da materialidade.
 - (D) da consistência e da oportunidade.
 - (E) da competência e da prudência.
-
27. No mês de setembro de 2009, a Cia. Z adquiriu mercadorias no valor de R\$ 350,00, sendo pago 30% à vista, 40% em outubro de 2009 e 30% em novembro de 2009. No dia 06 de outubro de 2009 a Cia. Z vendeu todas estas mercadorias por R\$ 1.750,00. Do valor da venda, recebeu R\$ 750,00 à vista e o restante será recebido em dezembro de 2009. Dado que a Cia. A apura o seu resultado de acordo com o regime de competência, o resultado apurado pela Cia. Z com a venda destas mercadorias foi de
- (A) R\$ 400,00
 - (B) R\$ 505,00
 - (C) R\$ 645,00
 - (D) R\$ 1.400,00
 - (E) R\$ 1.505,00
-
28. A respeito das reservas de lucros é correto afirmar que
- (A) a reserva estatutária deve ser constituída a base de 10% do lucro líquido e não possui limite.
 - (B) o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, poderá ultrapassar o capital social.
 - (C) a reserva de contingência é constituída para atender possíveis processos trabalhistas contra a empresa.
 - (D) a reserva de lucros a realizar é constituída em função de a empresa não apresentar lucro líquido no período.
 - (E) a reserva legal só pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar capital.
-
29. Considere os indicadores financeiros da empresas AA e BB, no quadro a seguir.

Informação	Empresa AA	Empresa BB
Liquidez corrente	1,5	2,0
Grau de endividamento (participação de capitais de terceiros)	200%	150%
Composição do endividamento	80%	40%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	20%	18%
Ativo circulante	240	300

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) a empresa AA possui maior montante de recursos de terceiros.
- (B) a maior parte das dívidas da empresa BB vence no longo prazo.
- (C) o lucro líquido da empresa AA é maior do que o lucro líquido da empresa BB.
- (D) o passivo circulante da empresa AA é menor do que o passivo circulante da empresa BB.
- (E) o patrimônio líquido da empresa BB é menor do que o patrimônio líquido da empresa AA.



30. A empresa A é uma indústria e produz máquinas especiais, cujo processo demora 400 dias. Estas máquinas são adquiridas para comercialização pela empresa B que leva aproximadamente 20 dias para comercializá-las, 40 dias para receber o valor das vendas realizadas a prazo, e 30 dias para pagar as máquinas adquiridas. A empresa C é cliente da empresa B e utiliza as máquinas especiais em suas operações. Com base nestas informações, as máquinas especiais serão classificadas nas empresas A, B e C, respectivamente, no
- (A) ativo circulante, no ativo circulante e no ativo imobilizado.
 - (B) ativo circulante, no ativo não-circulante e no ativo realizável a longo prazo.
 - (C) ativo realizável a longo prazo, no ativo circulante e no ativo imobilizado.
 - (D) ativo realizável a longo prazo, no ativo realizável a longo prazo e no ativo imobilizado.
 - (E) ativo realizável a longo prazo, no ativo imobilizado e no ativo realizável a longo prazo.

Contabilidade Pública

31. A "Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público." (Resolução CFC nº 1.128/08). Em relação a este assunto, considere:
- I. As normas contábeis estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 devem ser integralmente seguidas por todas as entidades governamentais da administração direta e indireta.
 - II. Os atos e os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados de acordo com o regime de competência, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.
 - III. Os bens móveis e imóveis da administração direta são avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção e os bens de almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras.
 - IV. O princípio contábil da continuidade não se aplica às entidades governamentais da administração direta, pois mesmo quando existem passivos a descoberto, não há o encerramento de suas atividades.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III.
 - (E) III e IV.

32. No final do mês de setembro, após a apuração do valor a recolher da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e geração do documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), a empresa WZ faz o pagamento na rede bancária credenciada. Neste momento, ocorre o estágio de
- (A) lançamento de uma receita orçamentária.
 - (B) arrecadação de uma receita tributária.
 - (C) recolhimento de uma receita tributária.
 - (D) arrecadação de uma receita de contribuição.
 - (E) recolhimento de uma receita de contribuição.



33. Em 28/12/X8, a Secretaria de Obras empenhou despesa em dotação orçamentária própria para a aquisição de material elétrico. No dia 30/12/X8, o fornecedor informou à administração pública que não teria condições de atender ao pedido e o ordenador de despesa solicitou o cancelamento do empenho. Neste caso, a importância relativa ao cancelamento
- (A) será considerada receita do exercício corrente.
 - (B) comporá os restos a pagar não-processados do exercício.
 - (C) reverter-se-á à dotação de despesa anulada no exercício.
 - (D) comporá a dotação de Despesas de Exercícios Anteriores em X9.
 - (E) comporá a dotação de Material de Consumo em X9.
-
34. O ressarcimento de valores recebidos indevidamente de contribuintes quando o despacho de autorização ocorrer no exercício financeiro seguinte ao recolhimento representa uma
- (A) receita orçamentária.
 - (B) operação de antecipação da receita orçamentária.
 - (C) despesa extraorçamentária.
 - (D) receita extraorçamentária.
 - (E) despesa orçamentária.
-
35. Em 30/11/X8, a prefeitura Dose Certa reavaliou um de seus imóveis que estava registrado na contabilidade por R\$ 300.000,00 e cujo valor de mercado era R\$ 700.000,00. No dia 03/12/X8, a prefeitura vendeu este imóvel por R\$ 700.000,00. A reavaliação e a venda do imóvel, respectivamente, representam uma variação
- (A) ativa independente da execução orçamentária e uma mutação ativa resultante da execução orçamentária.
 - (B) ativa independente da execução orçamentária e uma variação passiva independente da execução orçamentária.
 - (C) ativa independente da execução orçamentária e uma mutação passiva resultante da execução orçamentária.
 - (D) passiva independente da execução orçamentária e uma mutação ativa independente da execução orçamentária.
 - (E) passiva independente da execução orçamentária e uma mutação passiva independente da execução orçamentária.
-
36. A tabela de eventos é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada no SIAFI para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos em um ou mais de um dos sistemas de contas contábeis. Um evento que gera lançamento APENAS no sistema compensado é
- (A) a assinatura de um contrato de aluguel.
 - (B) a reabertura de créditos especiais.
 - (C) a liquidação de despesa com pessoal.
 - (D) o recebimento de um bem imóvel por doação.
 - (E) a previsão da receita orçamentária.
-
37. No SIAFI, existe um documento utilizado para registrar a apropriação/liquidação de receitas e despesas, bem como outros atos e fatos administrativos, inclusive os relativos a entidades supervisionadas, associados a eventos contábeis não-vinculados a documentos específicos. Esse documento é denominado de nota de
- (A) empenho.
 - (B) dotação.
 - (C) liquidação.
 - (D) lançamento por evento.
 - (E) movimentação de crédito.



Instruções: Para responder às questões de números 38 e 39, considere os dados a seguir:

Em 31/12/X8, antes da apuração do resultado patrimonial, a prefeitura de Aldeias de Luz apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos:

CONTAS	SALDO (R\$)
Aplicações Financeiras.....	584.000,00
Ativo Real Líquido	2.100,00
Bancos Conta Movimento.....	7.000,00
Bens Imóveis.....	1.380.000,00
Bens Móveis.....	475.000,00
Caixa	100,00
Consignações.....	42.000,00
Despesa Orçamentária.....	635.000,00
Dívida Ativa	280.000,00
Dívida Fundada Externa	800.000,00
Dívida Fundada Interna	1.300.000,00
Estoque de Material de Consumo.....	20.000,00
Receita Orçamentária	650.000,00
Responsabilidade por Títulos e Valores (saldo credor)	200.000,00
Responsabilidade por Títulos e Valores (saldo devedor)	200.000,00
Restituições.....	225.000,00
Restos a Pagar.....	50.000,00
Restos a Pagar Não-Processados.....	100.000,00
Serviços da Dívida a Pagar	132.000,00
Variações Ativas - Independentes da Execução Orçamentária.....	175.000,00
Variações Ativas - Mutações Patrimoniais	130.000,00
Variações Passivas - Independentes da Execução Orçamentária	192.000,00
Variações Passivas - Mutações Patrimoniais.....	33.000,00

38. O superávit financeiro em 31/12/X8 era, em reais,

- (A) 42.100,00
- (B) 57.100,00
- (C) 62.100,00
- (D) 82.100,00
- (E) 97.100,00

39. Após a apuração do resultado, a situação patrimonial líquida passou a ter um saldo, em reais,

- (A) credor de 80.000,00.
- (B) devedor de 80.100,00.
- (C) credor de 82.100,00.
- (D) devedor de 95.000,00.
- (E) credor de 97.100,00.



40. Em relação ao pagamento de despesa por meio de suprimentos de fundos, considere:
- I. O ordenador de despesa poderá conceder suprimento de fundos a servidor para atender despesas em viagens ou serviços especiais que exijam pronto pagamento em espécie.
 - II. O suprimento de fundos não poderá ser concedido a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor responsável.
 - III. O suprimento de fundos é aplicável aos casos de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação e, portanto, os estágios de empenho e liquidação da despesa não são aplicáveis.
 - IV. O servidor que receber suprimentos de fundos deve prestar contas de sua aplicação no prazo determinado pelo ordenador da despesa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

Orçamento Público

41. A Lei nº 4.320/64, em seus artigos 3º e 4º, ao determinar que a lei de orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em lei, e todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada, ou que por intermédio deles se devam realizar, incorpora às suas disposições o princípio orçamentário da

- (A) exclusividade.
- (B) unidade.
- (C) universalidade.
- (D) anualidade.
- (E) especificação.

42. Na classificação da despesa, a categoria definida como um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo é denominada de

- (A) projeto.
- (B) atividade.
- (C) operação especial.
- (D) despesa de capital.
- (E) despesa corrente.

43. Um exemplo de despesa corrente é

- (A) o recebimento em doação de um bem móvel.
- (B) o pagamento de juros da dívida interna contratada.
- (C) a aquisição de ações de empresas já em funcionamento.
- (D) o resgate de títulos do Tesouro Nacional.
- (E) a atualização monetária da dívida fundada externa.



44. Em relação ao processo de elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta de Lei Orçamentária Anual, considere:
- I. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - II. Uma das condições para a aprovação das emendas propostas pelo Poder Legislativo ao projeto de lei orçamentária é que elas sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - III. A iniciativa de apresentação da proposta de lei orçamentária é privativa do chefe de cada um dos três poderes, a qual será consolidada durante o processo de discussão no Poder Legislativo.
 - IV. Os recursos que, em decorrência de veto ou emenda, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, para a abertura de créditos extraordinários com prévia autorização legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.
-
45. Em agosto de X8, o Secretário de Educação da Prefeitura Y fez uma previsão das matrículas do ensino fundamental para o exercício de X9 e constatou que a estrutura física existente era insuficiente para atender à demanda prevista. Por outro lado, percebeu que a dotação para despesa com material permanente não seria integralmente utilizada e o excedente poderia ser destinado para o início da realização de obras para a construção de um prédio escolar. O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes ao exercício de X8 previam a construção de novos prédios escolares, mas a Lei Orçamentária Anual de X8 não a previa. Neste caso, para que a obra pudesse ser realizada seria necessária a
- (A) abertura de créditos extraorçamentários.
 - (B) abertura de créditos suplementares.
 - (C) abertura de créditos extraordinários.
 - (D) abertura de créditos especiais.
 - (E) transposição de créditos de material permanente para obras.

-
46. O servidor responsável quando empenha despesa pelo seu valor total e efetua o pagamento de forma parcelada utiliza a modalidade de empenho
- (A) por estimativa.
 - (B) global.
 - (C) ordinário.
 - (D) específico.
 - (E) total.

-
47. Em 31/12/X7, a Prefeitura YZ possuía as seguintes contas com seus respectivos saldos no Sistema Financeiro: Disponível – R\$ 5.000,00; Aplicações Financeiras – R\$ 500.000,00; Restos a Pagar Processados – R\$ 300.000,00; Restos a Pagar Não-Processados – R\$ 190.000,00; Consignações R\$ 5.000,00.
- No período janeiro/abril de X8, ano eleitoral, o município arrecadou receitas no valor de R\$ 3.000.000,00; empenhou despesas no valor de R\$ 2.950.000,00; pagou R\$ 300.000,00 de Restos a Pagar Processados e pagou R\$ 100.000,00 de Restos a Pagar Não-Processados. Com base nessas informações, o Prefeito atenderia ao dispositivo da Lei nº 101/2000 sobre a inscrição de Restos a Pagar, se o resultado de execução orçamentária
- (A) dos dois últimos quadrimestres de X8 fosse um superávit mínimo de R\$ 350.000,00.
 - (B) dos dois últimos quadrimestres de X8 fosse um déficit máximo de R\$ 70.000,00.
 - (C) do exercício de X8 fosse um déficit máximo de R\$ 10.000,00.
 - (D) do exercício de X8 fosse um superávit mínimo de R\$ 250.000,00.
 - (E) do exercício de X8 fosse um déficit máximo de R\$ 50.000,00.



48. Em 20/11/X8, a Prefeitura Z empenhou despesa com material de consumo no valor de R\$ 2.000,00, com prazo de entrega de 30 dias. Como, até o final do exercício, não havia recebido a mercadoria, decidiu anular o empenho e não inscrevê-lo em Restos a Pagar. Todavia, no início do exercício seguinte, o gestor aceitou a entrega da mercadoria. Neste caso, o ordenador de despesa deveria
- (A) solicitar a reversão do registro da anulação da despesa ao setor de contabilidade.
 - (B) solicitar a inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores e, posterior, pagamento ao credor.
 - (C) empenhar despesa com material de consumo e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.
 - (D) empenhar despesa de exercícios anteriores no orçamento corrente e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.
 - (E) solicitar o pagamento ao credor e, posteriormente, empenhar despesa de exercícios anteriores no orçamento de capital.
-
49. A Lei nº 101/2000 determina que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, referentes ao resultado primário. Para o cálculo deste resultado são confrontadas as receitas fiscais e as despesas fiscais. Um item que NÃO compõe a receita fiscal é a receita oriunda de
- (A) impostos.
 - (B) rendimento de aplicações financeiras.
 - (C) contribuições.
 - (D) serviços.
 - (E) alienação de bens móveis.
-
50. No SIAFI, a movimentação de créditos que consiste na transferência, de uma unidade gestora para outra, do poder de utilizar créditos orçamentários que lhe tenham sido consignados na Lei Orçamentária Anual é um instrumento de
- (A) unificação das dotações orçamentárias.
 - (B) descentralização da previsão de despesas orçamentárias.
 - (C) centralização da arrecadação de receitas orçamentárias.
 - (D) descentralização da execução de receitas orçamentárias.
 - (E) descentralização da execução de despesas orçamentárias.
-

Licitações

51. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a
- (A) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
 - (B) compra ou a contratação de serviços para o abastecimento de navios quando em estada eventual de curta duração em portos ou localidades diferentes de suas sedes.
 - (C) aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPQ ou outras instituições de fomento à pesquisa.
 - (D) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha.
 - (E) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
-
52. A Prefeitura do Município Águas Azuladas pretende contratar uma empresa para reformar o estádio de futebol da cidade, com serviços de implantação de canaletas, execução de cobertura em estrutura metálica e melhorias de acesso com execução de pavimentação em concreto e piso em concreto. O valor estimado da obra é de R\$ 120.000,00. Considerando que não ocorreu nenhuma obra anteriormente e que o gestor pretende receber as propostas no menor prazo possível, a licitação deverá ocorrer na modalidade de
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preço.
 - (C) convite.
 - (D) concurso.
 - (E) leilão.
-



53. A empresa de engenharia *Perfeccionista* estuda a possibilidade de apresentar uma proposta para a construção do Centro Esportivo no município onde está sediada. O Edital de Licitação especifica que o objeto da licitação é do Tipo Menor Preço Global e a execução, sob o Regime de Empreitada por Preços Unitários. Isto significa que a contratação
- (A) da execução da obra será por preço variável de unidades determinadas.
 - (B) da execução da obra será por preço certo de unidades determinadas.
 - (C) da execução da obra será por preço certo e total.
 - (D) da mão de obra para pequenos trabalhos será feita por preços variáveis.
 - (E) do material direto será feita por preços variáveis.

54. Um órgão do governo federal divulgou edital de pregão presencial para a aquisição de material de limpeza, do tipo menor preço global, cujo valor estimado pela administração, com base em pesquisa de preços no mercado, foi de R\$ 25.000,00. Aberta a sessão e após abertura dos envelopes, obtiveram-se as seguintes propostas:

EMPRESA	Valor da Proposta	Porte da Empresa
A	R\$ 2.500,00	Médio
B	R\$ 20.000,00	Médio
C	R\$ 22.000,00	Grande
D	R\$ 23.000,00	Médio
E	R\$ 24.000,00	Grande
F	R\$ 24.500,00	Médio

No curso da sessão, poderão fazer lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor APENAS as empresas

- (A) A e B.
 - (B) A, B e C.
 - (C) B e C.
 - (D) B, C e D.
 - (E) B, C, D e E.
55. A Ata de Registro de Preços, gerenciada por um determinado Ministério, previa a compra de cartuchos de tinta preta para impressoras por R\$ 110,00/unidade. Contudo, no momento de contratar a aquisição do material, por motivo superveniente, o preço médio praticado no mercado passou a ser de R\$ 80,00. Neste caso, o órgão gerenciador deverá
- (A) contratar a aquisição pelo preço registrado inicialmente e registrar perda na demonstração das variações patrimoniais do órgão.
 - (B) convocar o fornecedor da proposta vencedora da licitação com o intuito de negociar a redução do preço e sua adequação ao praticado no mercado.
 - (C) revogar, imediatamente, a Ata de Registro de Preços e abrir um novo edital de Registro de Preços para adequar os valores a serem praticados.
 - (D) convocar, ao mesmo tempo, todos os fornecedores que participaram do Registro de Preços para verificar aquele que oferece o menor preço e contratá-lo.
 - (E) liberar, automaticamente, o fornecedor do compromisso, uma vez que a diferença de preço gerará prejuízos não esperados para a empresa.

Auditoria

56. Quando uma auditoria é realizada com o objetivo de verificar se os normativos, legais ou regimentais, foram respeitados pelos atos praticados por um gestor público, o que se procura avaliar é o aspecto da
- (A) publicidade.
 - (B) legitimidade.
 - (C) legalidade.
 - (D) impessoalidade.
 - (E) economicidade.



57. Sobre a fundamentação constitucional e legal quanto à atuação dos órgãos de controle interno e externo, considere:
- I. O controle da execução orçamentária compreenderá o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
 - II. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é atribuição exclusiva do sistema de controle externo.
 - III. O controle externo tem a competência de fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - IV. A prestação de contas é obrigatória para qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) I, III e IV.
-
58. A forma de auditoria que é coordenada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com o auxílio de órgãos/instituições públicas ou privadas, é denominada de auditoria
- (A) compartilhada.
 - (B) indireta.
 - (C) direta.
 - (D) terceirizada.
 - (E) simplificada.
-
59. No desempenho de suas atribuições, o Tribunal de Contas da União recebe, periodicamente, uma parte da documentação contábil e outros demonstrativos relativos à atuação das unidades da Administração Pública Federal sujeitas à sua jurisdição, que são apreciados sob a forma de tomadas e prestações de contas. Nesse contexto, o Tribunal realiza auditoria
- (A) operacional.
 - (B) especial.
 - (C) contábil.
 - (D) de gestão.
 - (E) de sistemas.
-
60. Pelo exame da prestação de contas do Município de Serras Elevadas, o Tribunal de Contas do Estado constatou que os saldos de diversas contas foram agrupadas em "Outros Créditos" no Ativo Financeiro, o que comprometia a evidenciação das informações contábeis. Neste caso, o Tribunal deveria emitir parecer
- (A) regular com ressalvas.
 - (B) pleno.
 - (C) de irregularidades.
 - (D) iliquidável.
 - (E) regular.